

## O DISCURSO CONSTITUINTE E SUAS IMPLICAÇÕES

### THE CONSTITUENT SPEECH AND IMPLICATIONS

Simone Rames Abrahão Basylio da Costa\*

**RESUMO:** Este artigo pretende discutir o discurso literário como “discurso constituinte”. O trabalho foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica. Faremos em um primeiro momento um percurso histórico do conceito, como e onde ele se dá e sua diferença peculiar para com os demais discursos a partir da AD de corrente francesa. No âmbito deste trabalho, também discutiremos conceitos relacionados como: *archeion*, constituência, paratopia, estruturas textuais, comunidades discursivas, hermenêia, subentendidos e pressupostos, *ethos*, polifonia e heterogeneidade constitutiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** *archeion*, heterogeneidade, hermenêutica; discurso constituinte; discurso literário.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the literary discourse as "constituent speech." The work was carried out through literature. We will do at a first moment a history route of the concept, how and where it occurs and its peculiar difference to the others speeches from the analysis of the speech of French current. In this work we will also discuss concepts related to: *archeion*, constituency, paratopy, textual structures, discursive communities, hermeneutic, understood and assumptions, *ethos*, polyphony and constitutive heterogeneity.

**KEYWORDS:** *archeion*, heterogeneity, hermeneutic, constituent speech, literary discourse.

### APRESENTAÇÃO

Este estudo tem por objeto o “discurso constituinte” (o que é?, como se dá?, onde acontece?, como é observado nos documentos literários do acervo cultural?), parte importante da Análise do Discurso de corrente francesa, valendo-se das concepções teóricas de Maingueneau, Cossuta e Bakhtin.

As análises foram aprofundadas, por meio da pesquisa bibliográfica, o que possibilitou alcançar os objetivos do nosso trabalho. Compreendemos e nos valem de sua importância para relatar de forma teórica e linear a voz que se faz ouvir na ordem desta modalidade. Torna-se, o Discurso Constituinte, relevante para o estudo que busca textos na sua originalidade, munidos dos aspectos: espacial e temporal de época; protegidos pelo quadro hermenêutico, que os valida na sua constituência. É a partir dele que se torna possível conhecer as diversas vozes, nos diversos discursos realizados pelo homem, na construção de sua cultura e de sua história, diferindo o texto literário dos demais.

Ao chegar ao final deste estudo, percebemos que o trabalho de um crítico literário é muito sério. Ele precisa se valer de todos esses recursos que serão apresentados, a você, leitor, no discorrer destas linhas que seguem.

\* Graduada em Letras pela UFG, Pós-graduada em Língua Portuguesa e Supervisão Pedagógica pela UNIVERSO e Mestranda em Letras: Crítica Literária – pela Universidade Católica de Goiás; Professora Contratada pela Faculdade Sul Americana; e-mail: [simonebasylio@yahoo.com.br](mailto:simonebasylio@yahoo.com.br).

## HISTÓRICO

A noção de “Discurso Constituinte” foi introduzida por Dominique Maingueneau e F. Cossutta, num artigo “L’analyse des discours constitutants”, *Languages*, 117, no ano de 1995. O discurso constituinte surge da necessidade de se estabelecer uma relação entre os demais textos, como filosóficos e religiosos; com os textos literários.

Na França, no século XVII, Descartes ou Fontenelle, (discurso filosófico) e São Francisco de Sales, Bossuet ou Pascal (Discurso religioso), alcançam o estatuto de “grande escritores”, mas não conseguem superar a condição de filósofos ou de autores religiosos, pois em seus discursos não havia a qualidade de um discurso literário. Preocuparam-se, portanto, com a relação que poderia distinguir o discurso literário, do filosófico ou religioso. Como julgar textos dignos da literatura? A **doxa** romântica impõe que se deve manter a literatura em sua altarquia ou dissolvê-la no infinito mundo dos enunciados “ordinários”. Deixando claro que todo texto literário deve fundar-se em conceitos e método. Entendemos que “o discurso literário não é isolado, mesmo tendo estas especificidades: ele participa de plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes, categoria que permite melhor apreender as relações entre literatura e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60)

Agrupar discursos quanto ao seu estilo (literário, religioso, científico ou filosófico) implica fundar situações específicas da comunicação de uma sociedade e de suas invariantes enunciativas, gerando a partir daqui uma categoria discursiva.

Os múltiplos gêneros do discurso são, portanto, garantidos pelos discursos constituintes, pois são esses que darão sentido aos atos da coletividade. “...só um discurso que se constitui ao tematizar sua própria constituição pode desempenhar um papel constituente com relação a outros discursos.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 61)

Portanto, pelo que já conseguimos apreender, o discurso constituinte é aquele inicial, original. “Discurso constituinte designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesmo.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). Assim, todo discurso constituinte só existe e só exerce seu poder e sua efetiva circulação na sociedade se for constituído por uma “Instituição Discursiva.”<sup>1</sup>

É, a partir dele que outros discursos se farão estabelecer, seja em qual gênero for. Ele legitima o princípio “*archeion*” que o gerou e o estabeleceu dentro de uma coletividade discursiva. Ocupa uma posição limite e se autoriza a partir de si mesmo no interdiscurso, o que significa que não há nenhum outro discurso acima dele. Sequencialmente, outros discursos em suas multiplicidades e variedades discursivas estabelecerão interações, de forma contínua, entre os discursos constituintes e os não-constituintes.

Maingueneau (2006, p. 62) explica que a constituição do discurso constituinte está pautada em duas dimensões indissociáveis:

- a constituição como ação de estabelecer legalmente, como processo mediante o qual o discurso se instaura regravando sua própria emergência no interdiscurso;
- os modos de organização, de coesão discursiva, a constituição no sentido de estruturação de elementos que compõem uma totalidade textual.

---

<sup>1</sup> Revista sociopoética – consultar bibliografia. ficar

<sup>2</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. 2006, p. 62 (Notas de rodapé)

Para saber se o discurso é constituinte ou não-constituinte deve-se fazer uma análise da “constituência”, cujo sentido é (idiossincrático, de auto instauração, autofundação, do caráter constituinte dos discursos constituintes), que também não se traduz pelo termo “constituição”<sup>2</sup>. A “constituência” está no vínculo entre o intradiscorso e o extradiscorso, numa análise ora sob a ótica da organização textual, ora da atividade enunciativa. A própria enunciação do discurso constituinte é que lhe dará legitimação, devido ao tempo e espaço que estarão revelados dentro do texto, citados numa determinada época e sob um universo social específico.

É muito delicada a situação da originalidade textual, pois os discursos constituintes são diversos e muitos pretendem ser o detentor exclusivo do *archeion*. Como fazer? No Ocidente, para se estabelecer o *archeion*, pesquisadores valeram-se da delimitação recíproca entre os discursos. Há um entrelaçar interno e externo a um só tempo, revelando o discurso constituinte, o que confere aos seus enunciados um estatuto particular.

Surge, aqui, a noção de inscrições, termo diferente de texto, diferente de obra. A noção de inscrições desfaz toda distinção empírica entre oral e gráfico.

Segundo o autor, “As literaturas orais são “inscritas”, como o são numerosos enunciados míticos orais, mas essa inscrição segue caminhos que não são os de um código gráfico.” (MAINGUENEAU, 2006, p.63)

A inscrição é uma repetição constitutiva que se situa no meio de outros enunciados (refutando-os ou filiando-os) numa constante reatualização.

## CONSTITUÊNCIAS LITERÁRIA E FILOSÓFICA

Conforme os estudos realizados até então, o discurso constituinte equipara-se a discurso fundador ou fundante. Mesmo não tendo, a literatura, pretensão fundadora, o discurso literário participa da “constituência”. No discurso literário, sua constituência revela-se quando na enunciação apresenta uma fala vinda de um Outro, sem que essa fala seja atribuída ao Outro plenamente. Como vamos exemplificar com o primeiro verso de Odisséia:

“Canta para mim, ó Musa, o varão de mil recursos.”<sup>3</sup>

Neste verso podemos perceber a questão da autoridade do narrador, não por ser responsável pela narração, mas como um enunciator que pede à Musa que cante a história. “A narrativa é igualmente um trabalho de legitimação de sua própria cena de enunciação.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 65)

Cossuta (apud Maingueneau, 2006, p. 65) difere discurso filosófico do discurso literário, propondo uma distinção entre “discursos autoconstituintes” e “discursos constituintes”. O autor considera o discurso filosófico como autoconstituinte por buscar explicar suas condições de possibilidade de toda constituição discursiva, incluindo a sua própria.” Enquanto a obra literária “constrói as condições de sua própria legitimidade ao propor um universo de sentido e, de modo mais geral ao oferecer categorias sensíveis para um mundo possível.”

<sup>3</sup> Varão de mil recurso é o próprio Ulisses, o herói da narrativa, p. 64 (Notas de rodapé)

<sup>4</sup> P. Macherey. *À quoi pense la littérature?*, Paris, PCF, 1990, p. 198) In: MENGUENEU, Dominique. *Discurso literário*. 2006, p. 66 (Notas de rodapé)

Para Macherey<sup>4</sup> “os textos literários são a sede de um pensamento que se enuncia sem atribuir a si mesmo as marcas de sua legibilidade, pois devolve sua exposição à sua encenação.” O que Cossutta entende da seguinte forma:

Seria possível sustentar, de modo um tanto forçado, que em literatura a forma do conteúdo é a forma da expressão, o que equivale a dizer que um texto literário não passa de seu dizer, de seu modo de dizer. [...] Inversamente, a forma da expressão de uma filosofia é sua forma do conteúdo, a qual, exigindo transposições determinadas para a ordem do discurso, atualiza-se na unicidade de uma estrutura ou então se reapresenta de acordo com configurações variáveis. Nesse caso, é o teste de “traduzibilidade” que tem caráter determinante, ainda que algumas filosofias vão ao limite e disfarçam a impossibilidade da transposição imitando as características da literariedade, ou que, com efeito, toda “tradução” de um idioma filosófico para outro, de uma língua vernácula para outra, seja problemática [...]. A literatura significa obliquamente a forma do conteúdo através do modo de constituição próprio à figuração da forma expressiva.

Percebemos, portanto, que é por meio da constituição que se pode distinguir um pouco o discurso literário do discurso filosófico; um pouco porque ainda “não há registros de discursos puros, mas sim especificados pelo grau de “filosoficidade” e de “literaridade”.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 67)

## ALGUNS ASPECTOS DO DISCURSO CONSTITUINTE

Falaremos aqui um pouco de “localização (paratopia), tempo, estruturas textuais, comunidades discursivas, circularidade discursiva e autoridade enunciativa, aspectos esses que geram e comprovam o discurso constituinte.

Para a instituição do discurso constituinte é a localização (paratopia), um dos aspectos mais importantes para se analisar a enunciação, pois sem ela não há verdadeira constituição. Pergunta-se, então? Onde foi gerada e instituída tal enunciação? Sem esta referência é impossível legitimar uma obra. A importância da manifestação paratópica percebe-se desde o princípio com Sócrates em “Apologia de Sócrates, I, Preâmbulo”, que se discutia a localidade, o onde “na praça, junto das bancas e em outros lugares” (Maingueneau, 2006, p. 68). Ao discurso constituintes delimitam seu espaço a partir de vários posicionamentos que ajudarão na sua legitimação, mesmo não assumindo um espaço específico, como no exemplo supracitado, ou como marcadores seculares. O espaço e a época em que a ele se firma varia de lugar para lugar e de época para época. Não tem como falar de discurso constituinte na ausência de espaço. Pensar em discurso constituinte é pensar em estruturas textuais universais, temas que refletem sobre a sociedade, verdade, beleza, existência...

Outra questão levantamos: Como são realizados esses discursos? “São elaborados localmente, no seio de grupos restritos que não se ocultam por trás de sua produção, que a moldam por meio de seus próprios comportamentos.” (Maingueneau, 2006, p. 69) Esses grupos restritos formam as comunidades discursivas que comungam dos mesmos ritos e normas, gerando e produzindo o discurso.

Um discurso constituinte não mobiliza somente os autores, mas uma variedade de papéis sociodiscursivos encarregados de gerir os enunciados, por exemplo, no caso da literatura, as críticas literárias de jornal, os professores, as livrarias, os bibliotecários etc.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 69)

Estas comunidades discursivas de produtores só existem na enunciação e pela enunciação de textos, variando tanto quanto a função do tipo de discurso constituinte, como em função de cada posicionamento, o qual não é marcado só pelo corpus do texto, mas pelo modo como uma sociedade se organiza e pelo modo da existência de um texto.

O maior objeto de estudo para a análise de discursos constituintes se fundamenta na produção heterogênea.

A partir das comunidades discursivas que geram e instalam os discursos constituintes, por meio de enunciados do *archeion* instaura-se uma hierarquia entre os primeiros textos constituídos que refletem sobre a questão de seu fundamento, e aqueles que o tomam por objeto para comentar, resumir, refutar etc. Conduzindo, assim, a uma circularidade constitutiva que proporcionará a difusão dos textos e distribuição da autoridade enunciativa, o poder que um texto exerce sobre o outro.

Entre o discurso e a instituição há que saber sobre três dimensões: cenografia; código de linguagem; e o ethos. É por meio dessas três noções que se tem como abordar a questão do poder que a enunciação tem sobre o destinatário.

### Cenografia e Dêixis

“Dêixis” é quem define um ato de enunciação pelas coordenadas espaço-temporal, articulados pelo triângulo referencial EU – TU – AQUI – AGORA.

A *dêixis discursiva* tem a mesma função, mas ocorre num nível diferente, no nível da enunciação. Neste nível dêitico distingue-se o *locutor* e o *destinatário discursivos*, a *cronografia* e a *topografia*.

Se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis no exterior, mas por atribuir-se à cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para legitimar. (MAINGUENEAU, 1997, p. 42)

Como podemos confirmar há uma embreagem entre estas três posições, há um deslizamento constante de uma instância para a outra. Vejamos como isso acontece no exemplo a seguir: Vamos tomar como enunciação o discurso da Frente Nacional. Este discurso se posicionará como locutor para o destinatário que são “as forças sadias da nação”, “a direita nacional”, etc; como topografia (lugar da enunciação) o discurso foi instituído na “França”, no “Ocidente”, na “Europa Cristã”, etc; como cronografia (tempo de ocorrência do enunciado) estabelece o “processo de decadência intelectual, moral e física da época”.

O primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva está na dêixis discursiva; sendo que para compreender a cenografia de uma formação discursiva é preciso compreender o que é dêixis fundadora, pois é por meio desta que parte a primeira. Como dêixis fundadora devemos entender como a(s) situação(ões) da enunciação anterior(es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade. Agora as três posições serão: locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras. Então, num embrenhar de dêixis, instaura-se a formação discursiva, inscrevendo sua alocação nos vestígios históricos que cada nova dêixis “capta” a seu favor.

Transcrevemos aqui literalmente o exemplo de Maingueneau (1997, p. 42) para confirmarmos o que ora foi exposto:

O discurso jansenista, por exemplo, supõe uma dêixis discursiva referente à corrupção que o humanismo pagão da Renascença impôs à Igreja, enquanto sua

dêixis fundadora é a Igreja dos primeiros tempos. Seu locutor discursivo, a comunidade de Port-Royal, coincide, nos textos, com a locução fundadora, a da primeira comunidade cristã de Jerusalém. St. Cyran sublinha tal muito bem: “Parece que a Igreja, ao reunir-se primeiramente em Jerusalém, como em um monastério e dele tendo saído posteriormente para espalhar-se por toda a Terra, em várias Igrejas, acabou, enfim, por reduzir-se como se estivesse encerrada em vários monastérios para melhor guardar a grande pureza de seus costumes nestas poucas casas e entre este pequeno número de almas escolhidas.” Por trás do enunciador contingente do enunciado jansenista, ultrapassando a deixis imediata que ele instituiu, é preciso ler uma cena fundadora que, aqui, toma o aspecto da Origem, da proximidade com Cristo no tempo e no espaço.

### Código de Linguagem

Não é possível escapar à mistura radical dos conteúdos e da instituição. A comunidade discursiva e a formação discursiva conduzem uma à outra indefinidamente.

A língua utilizada para a construção de todo discurso constituinte é a praticada na escola, portanto, *é o código utilizado no padrão culto da linguagem*.

Toda enunciação parte do princípio de “ordem” que também organiza a cena enunciativa: o estatuto do enunciador deste discurso, de seus destinatários, o “tom” empregado, etc. Como podemos observar nos estudos do discurso humanista devoto no seu plano semântico. Existe aqui toda uma ordem definida, partindo do todo (cosmo) para as partes constitutivas (microcosmos e macrocosmos), numa forma de comunicação constante e regrada.

Aos processos que o texto de uma formação discursiva refletem sua própria enunciação, Maingueneau (1997, p. 69) denomina de enlaçamentos. Esses “enlaçamentos” passam por diversos níveis:

- textos de primeiro grau, que revela unicamente sua doutrina;
- textos de segundo grau, que descrevem um ideal enunciativo realizado em sua própria enunciação ou uma comunidade cujo funcionamento é o das comunidades discursivas que lhe estão associadas;
- textos de terceiro grau, em que a transmissão de sua doutrina coincide com a descrição de seu ideal enunciativo ou de sua comunidade discursiva;
- textos de quarto grau, que fundem estes diversos elementos em um único: a descrição do mundo é, a um só tempo, definição de um ideal enunciativo e percurso de uma instituição.

Segundo Maingueneau (1997, p. 69-70) é importante avaliar o aspecto de duplicidade da linguagem que significa não querer dizer o que se diz. Afirma que:

(...) fora dos enlaçamentos é impossível pensar a relação entre o textual e o institucional, em termos de interior e de exterior, de meio e de fim (...). Os textos aparecem, ao mesmo tempo, como uma das modalidades do funcionamento da comunidade discursiva e o que a torna possível; a comunidade se estrutura pelo mesmo movimento que gera os enunciados, suscetíveis, por sua vez, de tematizar, por vezes sutilmente, as instituições que neles estão implicadas e sua própria intrincação com estas últimas. Este elo crucial entre o fazer e o dizer de uma comunidade representa o ponto cego do discurso, a evidência primeira que funda a crença”. [Grifos nossos]

Então qual é a importância desse código de linguagem?

É que sem ele não há comunicação. Os discursos não poderiam ocorrer nem de forma oral, nem escrita. Tudo ficaria sem registro, um caos. Portanto, a instituição discursiva funda o código de linguagem que se deve utilizar na construção do texto, por meio dos enlaçamentos que possibilitarão uma ‘ordem’ interna e externa para a comunidade discursiva.

## Ethos

Na retórica antiga, “ethos” era considerado a “voz” do discurso. A voz está na enunciação do sujeito ou sujeitos que darão corpo e materialidade ao texto. Há certa diferença entre tom e voz. O tom está ligado ao caráter que seria os traços psicológicos dos sujeitos enunciadores, nos seus diversos estereótipos, e à corporalidade que nos remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Um corpo do sujeito imaginado pelo destinatário. Quando a voz está ligada à discursividade, ou seja, à formação discursiva, o discurso toma corpo, surge, portanto, a noção de “incorporação”. Esta incorporação pode atuar sobre três registros articulados:

- a formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e, correlativamente àquela do destinatário, ela lhes “dá corpo” textualmente;
- esta corporalidade possibilita aos sujeitos a “incorporação” de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
- estes dois primeiros aspectos constituem uma condição da “incorporação” imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso. (MAINGUENEAU, 1997, p. 48)

Tudo isto vai levar à eficácia discursiva, que consiste em convencer o destinatário pelo que é dito na própria enunciação, permitindo a identificação com uma certa determinação do corpo. Acontece muito em textos publicitários.

P. Bourdieu (apud Maingueneau, 1997, p. 49) faz uma relação entre o “ethos e as práticas da linguagem técnica do corpo, sendo a competência propriamente lingüística, e a fonológica em especial, uma dimensão da héxis corporal, onde se expressa toda a relação com o mundo social.”

É importante citar também a noção de “assujeitamento” de Althusser que diz o seguinte: “Se o discurso pode “assujeitar” é porque, com toda verossimilhança, sua enunciação está ligada de forma crucial a esta possibilidade, a noção de “incorporação” parece ir ao encontro de uma compreensão do fenômeno.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 49)

Quanto ao discurso constituinte importa-nos entender que uma voz que se faz percebida num enunciado pode não ser a mesma em outro enunciado que se estabelece sobre a mesma formação discursiva e assim por diante. É importante identificar as diversas vozes que vão se firmando nesse interdiscurso.

“À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 50)

## QUADRO HERMENÊUTICO E MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

A literatura por ter em si o discurso constituinte, mantém uma dupla relação com o interdiscurso. De um lado as obras precisam de outros textos que lhes servirão de suporte, podendo ser observado neles as citações, imitações, tipos de gênero e por outro lado, estas obras se expõem à interpretação, à citação, e até mesmo ao reemprego, como é o caso de muitos trabalhos acadêmicos. “O texto não é um enunciado auto-suficiente; ele só é um enunciado ao ser tomado num quadro hermenêutico, que vem garantir que um dado texto deve ser

interpretado.” (Maingueneau, 2006, p. 72). O que implica ser singular, tratar de questões relativas aos fundamentos, que a mensagem seja necessariamente oculta, que haja necessidade de decifrá-la.

O texto quanto mais difícil for para ser interpretado, melhor é para o desvendar da interpretação literária. O objetivo maior do crítico é se aproximar o máximo que puder do enunciado do outro, enfraquecendo, assim, o grau enigmático do texto.

Sabemos que o texto literário tem diversas possibilidades de interpretação. Essa pluralidade interpretativa literária gera uma reserva constitutiva, que significa não poder esgotar a hermeneia (interpretação), contando, também, para isso, com o estatuto do quadro hermenêutico que lhe garante a hiperproteção textual.

Outro aspecto importante que caracteriza um discurso constituinte é a ausência do autor, que acontece pela hermeneia e sua reserva constitutiva. É por esta ausência de autor, que a obra terá autoridade em si mesma e requererá intérpretes para ela. A importante missão do intérprete, num texto híbrido é descobrir o ponto a partir do qual a clareza se obscurece. Surge, portanto, a necessidade de se desvendar o enigma que há nele.

Entendamos, pois, o que é o quadro hermenêutico. Ele vai além do desvendar o obscuro. Ele define os contornos da natureza do enigma, buscando mobilizar seus últimos referenciais; o destino do homem, os poderes da linguagem, a missão da arte etc.

Aqui encontramos o que Maingueneau (2006, p. 74) denomina de “tópica [teoria dos “lugares”], consolidada pelo aparelho escolar, cujo domínio é indispensável para elaborar convenientemente explicações de texto, dissertações ou comentários nos jornais ou no rádio.”

Molière (apud Maingueneau, 2006, p. 75) defende que a “literatura é de fato um discurso constituinte, associado ao quadro hermenêutico”. Logo, o texto que a instituição permite comentar, torna-se legítimo pela constituição do quadro hermenêutico, que funda o comentário.

## DO QUADRO HERMENÊUTICO ÀS REGRAS CONVERSACIONAIS

A partir da teoria de Herbert Paulo Grice (apud Maingueneau, 2006, p. 75) sobre as “implicaturas”, que postulava a existência de “máximas conversacionais” sujeitas ao princípio de “cooperação” a enunciação da obra, na condição de discurso, a literatura não tem como ignorar o “princípio de cooperação”, mas só submete a ele em função da economia que lhe é própria.

Desde que um texto esteja inscrito no quadro hermenêutico ele é hiperprotegido, podendo ocorrer outros discursos sobre ele, sem interferir na sua qualidade original.

Uma das máximas postuladas por Herbert é que uma obra literária nunca tem defeito, transgressão de regras. Se algum crítico observa numa obra um trecho “fora do assunto”, não é defeito. Baudelaire (apud Maingueneau, 2006, p. 76) na sua célebre frase já dizia que “o artista é o único legislador de seu universo”. Portanto, ele nunca estará errado.

Essa transgressão que ocorre numa obra obscurece-lhe a sua hermeneia, instalando-se aí o sentido oculto que precisará de maior reflexão por parte do intérprete. Para analisar os atos da interação conversacional, que é um aspecto que ajudaria na hermeneia, é preciso compreender que nem sempre o autor conversa com o leitor. Salvo isso, se a digressão estiver no início da obra, de forma saliente, é preciso motivar o leitor a buscar um diálogo com o texto, ou com o próprio autor, para que haja a interpretação. É necessário aqui buscar o subentendido tanto numa obra narrativa, como teatral.

Nem sempre o que se diz, se diz de forma direta, clara. O dito e o não dito está constantemente explícito na atividade discursiva. A literatura encontra implícito o não dito [grifos nossos] em dois níveis: primeiro na representação das palavras dos personagens (tanto no teatro como na narração), segundo na comunicação que se estabelece entre a obra e seu destinatário. A obra literária é por essência destinada a suscitar a busca dos explícitos. Vejamos neste exemplo de Moleiro de Angibault (1845), de G. Sand, onde Marcelle de Blanchemont diz a Rose:

“Mas repito, Rose, o que podemos fazer, nós, pobres mulheres, que só sabemos chorar tudo isso?”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Pressupostos e subentendidos*. In: **Pragmática para o discurso literário**. p. 90

Iniciemos, então, pelo implícito que está em “que só sabemos chorar tudo isso?” Há uma relação do que já foi dito, agora lembrado nestes termos obscuros para o leitor, mas que há certa explicitudez na fala das personagens. Há, pois, o estatuto do pressuposto nesta situação. Ocorreu aqui uma polifonia desestabilizadora.

A problemática do implícito leva-nos para as leis do discurso. Vamos chamar os conteúdos implícitos de subentendidos e quanto a estrutura do enunciado de pressupostos. Os pressupostos são todos os elementos que nos ajudam, nos dão pistas para acharmos o que está subentendido, enigmático na narrativa.

São três as fontes que ajudam a desvendar o implícito:

- a competência lingüística para os pressupostos;
- o conhecimento das leis do discurso (que excluem, por exemplo, a redundância);
- um certo saber “enciclopédico”: por exemplo, o conhecimento das convenções de um gênero teatral ou dos costumes matrimoniais numa determinada sociedade. (MAINGUENEAU, 1996, p. 93)

A existência do pressuposto está vinculado ao princípio de economia, que é pressupor que para quem estamos falando já contém, um certo número de informações, que lhe possibilitarão a compreensão. “O dizer é algo completamente de uma simples transmissão de informação; compromete a responsabilidade daquele que fala.” (MAINGUENEAU, p. 94)

O dizer e o não dizer “o dito e o não dito” é um jogo na fronteira do implícito. Quanto ao seu julgamento é ambíguo, pois pode ser tanto ofensivo, como também, menos ofensivo. Compreender o que está subentendido num texto é uma atividade complexa que requer um grande domínio no manejo da linguagem.

Compreendido agora, um pouco melhor sobre o quadro hermenêutico, suas regras conversacionais e subentendidos e pressupostos, falemos um pouco de “polifonia”. O que vem a ser “polifonia”?

## POLIFONIA

Segundo Bezerra, Bakhtin formula que à categoria de polifônico estão associados “os conceitos de realidade em formação, inconclusibilidade, não acabamento, dialogismo e polifonia.” (in BRAIT, 2005, 192). Uma noção desenvolvida no gênero literário, cuja tipologia do romance, é uma noção que participa ativamente do discurso constituinte.

O romance em suas múltiplas enunciações e grande número de personagens, diversidade espacial e temporal tem como recriar e reinventar os caracteres humanos que serão ouvidos a partir da multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada nele e a partir dele.

Historicamente pontuando, Bakhtin argumenta que o romance polifônico só se deu na era capitalista, na Rússia, devido aos múltiplos grupos sociais individualizados e conflituosos que havia, rompendo o equilíbrio ideológico, criando premissas objetivas dos múltiplos planos e das múltiplas vozes da existência. Acrescenta ainda que “Dostoievski não encontrou a multiplicidade de planos” no espírito, mas no universo social objetivo.” (BRAIT, 2005, 193)

No romance polifônico, dialógico, o autor dá voz ao seu personagem que deixa de ser objeto e passa a ser um homem, ou seja, um novo homem que buscará nas vozes de outros a compreensão de si mesmo, do seu próprio eu. Esse dialogismo que a teoria de Bakhtin nos oferece configura a heterogeneidade constitutiva. Os textos se constituem a partir de outros textos, atravessados por eles mesmos. Incide sobre os aspectos internos da hermenia.

O autor compreende que o homem é um ser inacabado, complexo e dinâmico por si mesmo, contrapondo ao termo reificante de até então. A posição que o autor agora tomará diante dessa polifonia é de ser um regente, um regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas que fique bem claro, essas vozes e consciências que aparecerão no discurso, não são do autor, são das próprias personagens criadas pelo autor. É só na interação com outras vozes e consciências que se revela a individualidade do sujeito.

Um exemplo disso está na carta de 25 de maio de 1879, endereçada por Dostoievski a Luibimov:

Ora, não sou eu quem fala carregando nas tintas, exagerando (embora contra a realidade não haja exageros), mas a personagem de meu romance Ivan Karamazov. A linguagem é dele, o estilo é dele, a ênfase é dele, não minha. É um homem de uma irascibilidade sombria e muito calado. Nunca e por nada nesse mundo começaria a falar não fosse a simpatia fortuita que de repente irrompeu nele pelo irmão Aleksîi. Ademais, ainda é muito jovem. Como haveria de falar e martirizar-se a não ser estourando de um entusiasmo especial e botando espuma pela boca? Mas eu quis que a personagem sobressaísse e o leitor percebesse justamente essa paixão, essa arremetida, esse tratamento literário descosido. (in BRAIT, 2005, p. 196)

Outro exemplo está no capítulo “A epígrafe” de Machado de Assis.

Ora, aí está justamente a epígrafe do livro, se eu quisesse pôr alguma, e não me ocorresse outra. Não é somente um meio de *completar as pessoas da narração com as idéias que deixarem* [grifos meus], mas ainda um par de lunetas para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro. (in BRAIT, 2005, p. 197)

Segundo Bezerra “A personagem é um lado essencial da relação entre o estético e o real, é um produto da relação de seu criador com a realidade, tem antecedentes concretos e objetivos nessa realidade e é por ela alimentada, por isso não pode ser inteiramente criada a partir de elementos puramente estéticos.” (in BRAIT, 2005, 199)

“O autor é profundamente ativo, mas seu ativismo tem um caráter dialógico especial”, está diretamente vinculado “à consciência ativa e isônoma do outro”, há um ativismo que “interroga, provoca, responde, concorda, discorda”, enfim, um ativismo que estabelece uma relação dialógica entre a consciência criadora e a consciência recriada, e esta participa do diálogo com plenos direitos à interlocução com outras vozes, inclusive com a voz do autor, mantendo-se imiscível e preservando suas peculiaridades de falante. É essa posição do autor em relação às personagens que caracteriza a polifonia do romance. (in BRAIT, 2005, 199)

## HETEROGENEIDADE

A heterogeneidade do discurso está na relação interior e exterior de um texto. A heterogeneidade pode ser mostrada e constitutiva. O que nos interessa no momento é a constitutiva, que se revelará no interdiscurso da constituição de uma formação discursiva.

Como interdiscurso encontramos a definição:

O interdiscurso consiste em um processo de *reconfiguração incessante* no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também

provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos”. (MAINGUENEAU, 1997, 113)

## Universo, Campo, Espaços Discursivos

Entende-se por “universo discursivo” ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, que interagem em uma conjuntura. É finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade pela AD. Seria a constituição de um “arquivo” de uma época, como considera Foucault.

“Campo discursivo” já é definível como um conjunto de formações discursivas numa relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, por uma posição enunciativa em dada região, por exemplo: campo discursivo religioso, político, literário etc.

O “espaço discursivo” delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. É definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa.

Para que o estudo da interdiscursividade tenha eficácia é necessário que haja uma rede de remissões de um campo para outro (citações explícitas, esquemas tácitos ou captações...) podendo o sujeito da análise encontrar um discurso de certo campo, num determinado lugar, cujos elementos intervirão para constatar a evidência.

“... sustentar que o espaço pertinente para as regras é o da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro. Não se distinguirá, pois, duas partes em um “espaço discursivo”, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade. (...) Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., mas de um trabalho sobre outros discursos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 119,120)

## CONCLUSÃO

De forma geral podemos dizer que o discurso constituinte é aquele que se constitui a partir de outros discursos, sob vários diálogos se fazendo e se formando na construção de um novo discurso, partindo do “*archeion*” que lhe dá suporte para novas *hermeneias* dentro do quadro hermenêutico que lhe protege de qualquer interferência na sua estrutura original. A heterogeneidade textual possibilita várias vozes, vários tons, várias parotopias enunciativas dentro do dialogismo que se buscará entender a obscuridade que está nos subentendidos e pressupostos de um texto, o que lhe confere grandeza e importância.

## REFERÊNCIAS

- BRAIT, Beth. **Polifonia**. In: Bakhtin: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.  
MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

- 
- \_\_\_\_\_. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pressupostos e subentendidos**. In: Pragmática para o discurso literário, São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## REFERÊNCIA ONLINE

MAINGUENEAU, Dominique. **Tipos e gêneros de discurso**. Disponível em: <[www.uepb.pb.gov.br/eduep/sociopoetica/publicações/v1n1/v1n1\\_resenha\\_01.html](http://www.uepb.pb.gov.br/eduep/sociopoetica/publicações/v1n1/v1n1_resenha_01.html)> Acesso: 20 de set 2007.